

Termo de Referência 47/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2024	200344-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL- SE	ANDRE FERNANDES BRITTO	12/11/2024 16:15 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	9/2024	08520.001504 /2024-65

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, para as embarcações pertencentes à flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência de Polícia Federal em Sergipe (GEPOM/DREX/SR/PF/SE), com dedicação exclusiva de mão de obra, sem fornecimento de material de limpeza, uniformes e ferramentas os quais serão disponibilizadas pelo próprio GEPOM/DREX/SR /PF/SE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	MEDIDA	QDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	Serviços continuados de marinharia e serviços gerais de convés (Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC), 20 horas semanais	3964	Mês		12	4.902,18	58.826,12

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesses das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses com base no artigo 107 da Lei 14.133/2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção dos serviços acarretaria em prejuízos à atividade de polícia marítima, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A contratação proposta destina-se à realização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos da área de competência legal da Administração, para que esta consiga atingir as metas e objetivos estratégicos em suas ações intermediárias, bem como melhorar o desempenho das atividades diárias, constituindo-se em uma alternativa indispensável para a melhoria da gestão administrativa.

2.3 Os serviços terceirizados não são inerentes às atribuições dos cargos do quadro efetivo de servidores da CONTRATANTE, contudo, esses serviços não podem sofrer interrupção sob pena de comprometimento da continuidade das atividades da Administração, como preconiza o princípio da continuidade dos serviços públicos. A execução indireta dos serviços terceirizados por meio da contratação de pessoa jurídica/física especializada objetiva permitir à CONTRATANTE continuar sua atuação dinâmica, na medida em que possibilitará que seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, no que diz respeito às atividades de planejamento, coordenação, fiscalização e controle, sem terem que se ocupar com elementos de cunho administrativo e auxiliar, nem tampouco com a realização de atividades secundárias, embora essenciais, dispondo-os de maior capacidade de resposta às demandas da sociedade.

2.4 A Administração Pública, em conformidade com o Princípio Constitucional da Eficiência, deve garantir a qualidade total na execução das atividades sob sua responsabilidade, o que inclui as atividades acessórias, instrumentais ou complementares, tanto em seus serviços prestados diretamente para a coletividade quanto nos domínios internos de suas atividades.

2.5 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas do Estudo Técnico Preliminar e deste Termo de Referência.

2.6. Conforme disciplina o art. 48 da Lei 14.133/2021, os serviços de Marinheiro Auxiliar de Convés poderá ser objeto de execução por terceiros visto tratar-se de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade (Atividade de Polícia Marítima).

2.7. Os serviços a serem contratados não se enquadram nos pressupostos do Art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, cujo § 1º, dispõe: "Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado."

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Como requisitos básicos para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar em seus procedimentos os seguintes critérios de SUSTENTABILIDADE, além dos previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, quando couber:

Zelar pela redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Para atendimento aos critérios ambientais e de sustentabilidade, devem ser utilizadas as orientações do Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP - Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo – CJU/SP, unidade integrante da Consultoria Geral da União – CGU da Advocacia-Geral da União – AGU.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

No caso de contratação de pessoa física não será exigida a garantia de contratação devido ao fato das retenções tributárias e recolhimentos serem realizados pela própria contratante (Polícia Federal).

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, excetuando-se feriados, através de agendamento a ser efetuado previamente pelo e-mail: cpl.sellog.srse@pf.gov.br.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Outros Requisitos

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem serviços continuados em regime de dedicação exclusiva na contratação de Marinheiro Auxiliário de Convés - MAC para a flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

O Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC é classificado como trabalhador aquaviário (CBO 7827-30).

O fornecedor dos serviços pretendidos deve atender as seguintes exigências:

a) O Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC deverá ter cursado o ensino fundamental completo e o Curso de Formação de Aquaviários na Marinha do Brasil, possuindo a Caderneta de Inscrição e Registro Aquaviário - CIR válida;

b) Os serviços serão prestados em dois locais, a saber:

- Preferencialmente, na Marina Vila Goré, situada na Rodovia Ayrton Senna, 2350, Lote 05, Mosqueiro, Aracaju/SE, CEP: 49.008-725, onde se encontram duas (02) embarcações da flotilha, e;

- Eventualmente, na Base do GEPOM/DREX/SR/PF/SE localizada no Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB, Porto de Sergipe, Rodovia SE 266, Km 22, s/nº, Barra dos Coqueiros/SE, CEP 49.140-000, onde se encontra uma (01) embarcação da flotilha.

c) Horário da prestação dos serviços:

Segunda a Sexta-Feira das 09 às 13h (20 horas semanais).

Competências pessoais exigida do Marinheiro Auxiliar de Convés MAC:

- a) Demonstrar iniciativa, agilidade, autocontrole, desprendimento, atenção e firmeza;
- b) Ser cordial, trabalhar em equipe e evidenciar rapidez de raciocínio;
- c) Saber nadar no nível básico e identificar-se com o meio marítimo;
- d) Apresentar-se ao trabalho pontualmente, trajado adequadamente e adotar as regras básicas de higiene;
- e) Atender prontamente todas as solicitações relacionadas ao cumprimento do posto de serviço e emanadas dos policiais do GEPOM/SE, especialmente, dos fiscais do contrato;
- f) Expressar-se oralmente dentro dos preceitos da boa forma e educação;
- g) Agir com discrição e não veicular informações adquiridas, em decorrência do exercício das atividades, respondendo criminalmente, no caso de violação, e;
- h) Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

O contratante não se vinculará às disposições contidas em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo de Trabalho que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da INSEGES nº 5, de 2017, observado o entendimento do Parecer nº 00004/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 23 de maio de 2017.

O contratado deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade contidos na IN SLTI nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores, na execução dos serviços, naquilo que couber.

Os serviços deverão ser prestados com estrita observância às disposições do Termo de Referência e seus anexos, às normas da IN 05/2017, à legislação trabalhista e demais normas.

A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

O fardamento, instrumentos, equipamentos, ferramentas e materiais de limpeza, necessários à execução dos serviços do Marinheiro Auxiliar de Convés serão de responsabilidade da Contratante (Polícia Federal).

A quantidade estimada de deslocamentos é de 2 passagens (ida e volta ao local de prestação de serviço).

Conforme art. 48, inciso VI, da Lei 14.133/2021, devemos prever em edital as exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

Conforme parágrafo único da Lei 14.133/2021, devemos prever expressamente em edital de licitação que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Contratação de serviços de Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC para as embarcações pertencentes à flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência de Polícia Federal em Sergipe (GEPOM/DREX/SR/PF/SE), com dedicação exclusiva de mão de obra, sem fornecimento de material de limpeza, uniformes e ferramentas os quais serão disponibilizados pelo próprio GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

Os serviços a serem contratados são, essencialmente, os seguintes:

- lavagem, limpeza e lubrificação das embarcações e respectivas carretas rodoviárias e de encalhe, observando-se os seguintes procedimentos:

Fibra de Vidro: Lavagem com água doce e detergente recomendado, com posterior polimento com pasta de polir também recomendada pelo fabricante;

Flutuadores: Lavagem com água doce, remoção de machas com produto adequado, aplicação de produto específico e indicado para conservação da cor e aumento da vida útil dos mesmos;

Compartimentos Internos e Externos: Lavagem com água doce de todos os compartimentos internos e externos das embarcações, utilizando produtos indicados para o ambiente marinho, de forma a possibilitar um significativo aumento da vida útil das embarcações, com diminuição de incidência de ferrugens ou agentes abrasivos que possam vir a danificar os equipamentos eletroeletrônicos de navegação instalados.

- funcionamento e adoçamento dos motores, geradores e sistema de ar condicionado;
- conferência do nível dos fluidos dos motores e gerador (lubrificação, arrefecimento);
- manobras de abastecimento de combustível (diesel e gasolina) e água doce;
- carregamento das baterias;
- manutenção dos cabos de atracação, correntes e âncoras;
- enchimento e fixação das defensas;
- aplicação de tintas, solventes, desengordurantes, desinfetantes, selantes, vernizes, silicone, graxas e massa de calafetação;
- aplicação de anticorrosivos para proteção dos metais contra a corrosão;
- conferência do funcionamento do sistema elétrico e das luzes de navegação;
- auxílio no carregamento, descarregamento e fixação de cargas transportadas para o interior/exterior das embarcações;
- fixação do bujão (dreno de água do porão);
- auxiliar eventualmente nas manobras de atracação, desatracação, reboque, retirada e colocação das embarcações na água;
- organização e controle das ferramentas e peças sobressalentes;
- inspeção do estado das embarcações antes de saírem e quando chegarem nas garagens;
- arrumação, organização e limpeza das garagens das embarcações;
- conferência da existência à bordo e estado de conservação dos equipamentos de salvatagem e sinalização;
- acompanhamento da execução dos serviços especializados prestados no âmbito do contrato de manutenção firmado com a empresa R. Náutica ou sua eventual sucessora;
- zelar pelos procedimentos de segurança;
- zelar pela redução da poluição, descarte reciclável do lixo e não contaminação ambiental;
- outros serviços relacionados à atividade de conservação e limpeza das embarcações.

Os serviços serão prestados habitualmente, por iniciativa do prestador do serviço ao se constatar a necessidade ou a pedido dos policiais do GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

5.1.3 Local da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados em dois locais, a saber:

- Preferencialmente, na Marina Vila Goré, situada na Rodovia Ayrton Senna, 2350, Lote 05, Mosqueiro, Aracaju/SE, CEP: 49.008-725, onde se encontram duas (02) embarcações da flotilha, e;

- Eventualmente, na Base do GEPOM/DREX/SR/PF/SE localizada no Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB, Porto de Sergipe, Rodovia SE 266, Km 22, s/nº, Barra dos Coqueiros/SE, CEP 49.140-000, onde se encontra uma (01) embarcação da flotilha.

5.1.4. Materiais a serem disponibilizados pelo GEPOM/DREX/SR/PF/SE

O fardamento, instrumentos, equipamentos, ferramentas e materiais de limpeza, necessários à execução dos serviços de MAC serão de responsabilidade da Contratante (Polícia Federal).

Os materiais de limpeza utilizados serão compatíveis com os critérios de Sustentabilidade visando a redução de impacto ambiental, sendo de preferência biodegradáveis, bem como que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

5.1. 5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o contratante e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A contratante poderá convocar o prestador de serviço para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.12. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IMR Critérios de Avaliação para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.13. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.14. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.15. O contratado deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.16. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.18. É vedada a atribuição ao contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizado.

6.19. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.20. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na [Lei n. 14.133/2021](#). ([IN05/17 - art. 62](#))

6.21. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.22. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.23. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.24. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, os descontos e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.25. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.26. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, a comprovação de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

Gestor do Contrato

6.27. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.28. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.29. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.30. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.31. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.32. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.33. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IMR critérios de avaliação e Anexo IMR avaliação mensal para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados;

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR dará subsídio para o atesto da nota fiscal e consequentemente o pagamento dos serviços efetivamente prestados, ressaltando que o IMR não é punitivo, mas avaliativo e utilizado, se necessário, para fundamentar possíveis penalidades ao contratado nos casos de falha ou inexecução contratual.

7.4. O Contratado deverá encaminhar as notas fiscais para abertura de processo de pagamento ao local indicado pela Contratante, para que sejam atestadas pelos responsáveis. Os valores das notas fiscais emitidas devem ser compatíveis com os percentuais obtidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

7.5 No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos ao contratado para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a contar, então, a partir da reapresentação válida desses documentos

Do recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de dez (10) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.24.1. o prazo de validade;

7.24.2. a data da emissão;

7.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.24.5. o valor a pagar; e

7.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.76. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC - IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

8.2. Será exigido que a pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescente o percentual de 20% (vinte por cento) ao valor dos serviços a título de contribuição patronal à Seguridade Social.

Regime de Execução

8.3. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF, inclusive para pessoa física;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.23. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.24. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

8.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.26. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples.

8.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

Qualificação Técnica

8.28 Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.29. O Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC deverá ter cursado o ensino fundamental completo e o Curso de Formação de Aquaviários na Marinha do Brasil, possuindo a Caderneta de Inscrição e Registro Aquaviário - CIR válida.

8.30. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 58.826,12

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 58.826,12 (cinquenta e oito mil oitocentos e e vinte e seis reais e doze centavos), anuais, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondente.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE FERNANDES BRITTO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/11/2024 às 16:15:24.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP46_2024 Versao 12-11-2024.pdf (86.81 KB)

Anexo I - ETP46_2024 Versao 12-11-2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 46/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08520.001504/2024-65

2. Descrição da necessidade

Trata-se de estudo iniciado em razão da necessidade de contratação de serviços continuados de marinharia e serviços gerais de convés a serem executados nas embarcações que compõem a flotilha do Grupo Especializado de Polícia Marítima da Superintendência de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE, por meio da contratação de profissional denominado "Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC", que ocupa o nº 78027-30 na Classificação Brasileira de Ocupações, CATSER nº 5380 (Prestação de Serviço de Apoio Administrativo).

Por determinação da Superintendente Regional em Sergipe, em consonância com as diretrizes dos órgãos centrais da PF e o Acórdão nº 1.431/2021 do Tribunal de Contas da União, o funcionamento e o reaparelhamento do Grupo Especial de Polícia Marítima de Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE é uma das prioridades da SR/PF/SE, visto que permaneceu desativado por sete (07) anos e não cumpria sua função constitucional de policiamento marítimo, deixando de atuar na proteção e segurança da área portuária, marítima/costeira e fluvial do Estado;

Atualmente, a flotilha do GEPOM/DREX/SR/PF/SE é composta por três (03) embarcações de elevado valor que navegam constantemente em água salgada ou salobra, necessitando, portanto, de frequentes manutenções preventivas, tais como: lavagens, lubrificações, inspeções e ajustes, visando possibilitar seu uso operacional em condições de pronto emprego para o cumprimento das atribuições da Polícia Federal, bem como para se manter preservado o bom estado patrimonial dos bens da Polícia Federal.

Em face de inexistirem nos quadros atuais da Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe servidores com atribuições destinadas à execução das atividades de Marinheiro Auxiliar de Convés e que tais tarefas não se enquadram como atividade finalística do serviço policial, visto que possuem a natureza de serviço de apoio e suporte (Decreto Lei 9.507/2028, art. 3º), a alternativa da terceirização se traduz como a única possibilidade de atendimento à demanda em questão.

Ante o exposto, verifica-se necessária e justificável a contratação de um (01) Marinheiro Auxiliar de Convés para prestação de serviços de limpeza, lubrificação, inspeções de funcionamento, abastecimento e pequenos reparos, garantindo a disponibilidade imediata das embarcações e o bom desempenho dos equipamentos náuticos, com a finalidade de resguardar-se de interrupções não previstas nas atividades do serviço policial e a preservação dos bens públicos.

Cabe ressaltar que a contratação dos serviços de manutenção das embarcações do Grupo Especial de Polícia Marítima da SR/PF/SE, devido à essencialidade de seu objeto, equadra-se como de relevante interesse público, conforme art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, estando em consonância com a Lei nº 14.133/2021, não produzirá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e foram analisadas todas as opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GEPOM/DREX/SR/PF/SE	ANDRE FERNANDES BRITTO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de contratação de serviço de Marinheiro Auxiliário de Convés - MAC para a flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe - GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

Os serviços terceirizados aqui analisados têm natureza comum e continuada e sua prestação exige regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

A contratação adotará o regime de empreitada por preço global.

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesses das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses com base no artigo 107 da Lei 14.133/2021.

O Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC é classificado como trabalhador aquaviário (CBO 7827-30).

O código CATSER envolvido na contratação é o 3964 - operação de embarcações.

O fornecedor dos serviços pretendidos deve atender as seguintes exigências:

a) O Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC deverá ter cursado o ensino fundamental completo e o Curso de Formação de Aquaviários na Marinha do Brasil, possuindo a Caderneta de Inscrição e Registro Aquaviário - CIR válida;

b) Os serviços serão prestados em dois locais, a saber:

- Preferencialmente, na Marina Vila Goré, situada na Rodovia Ayrton Senna, 2350, Lote 05, Mosqueiro, Aracaju/SE, CEP: 49.008-725, onde se encontram duas (02) embarcações da flotilha, e;

- Eventualmente, na Base do GEPOM/DREX/SR/PF/SE localizada no Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB, Porto de Sergipe, Rodovia SE 266, Km 22, s/nº, Barra dos Coqueiros/SE, CEP 49.140-000, onde se encontra uma (01) embarcação da flotilha.

c) Horário da prestação dos serviços:

Segunda a Sexta-Feira das 09 às 13h (20 horas semanais).

Competências pessoais exigida do Marinheiro Auxiliar de Convés MAC:

a) Demonstrar iniciativa, agilidade, autocontrole, desprendimento, atenção e firmeza;

b) Ser cordial, trabalhar em equipe e evidenciar rapidez de raciocínio;

c) Saber nadar no nível básico e identificar-se com o meio marítimo;

d) Apresentar-se ao trabalho pontualmente, trajado adequadamente e adotar as regras básicas de higiene;

e) Atender prontamente todas as solicitações relacionadas ao cumprimento do posto de serviço e emanadas dos policiais do GEPOM/SE, especialmente, dos fiscais do contrato;

f) Expressar-se oralmente dentro dos preceitos da boa forma e educação;

g) Agir com discrição e não veicular informações adquiridas, em decorrência do exercício das atividades, respondendo criminalmente, no caso de violação, e;

h) Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

5. Levantamento de Mercado

Visando solucionar a demanda por serviços de Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC foram levantados critérios de viabilidade técnica, custos e as possíveis soluções, conforme descrito no quadro a seguir:

Solução nº	Descrição	Resultado da Análise
1	Contratação de serviços de MAC por meio do contrato de gerenciamento de frota mantido com a empresa PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial ou com a empresa MS, responsável pela lavagem dos veículos terrestres	Inviável
2	Contratação de serviços de MAC por meio de adesão a Atas de Registro de Preços válidas e autorizativas à adesão	Inviável
3	Contratação de serviços de MAC por intermédio de Pessoa Jurídica sem dedicação exclusiva de mão de obra	Inviável
4	Contratação de serviços de MAC por intermédio de Pessoa Jurídica ou Física com dedicação exclusiva de mão de obra no regime de 20 horas semanais	Viável

Primeira solução - Contratação de serviços de MAC por meio do contrato de gerenciamento de frota mantido com a empresa PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial ou com a empresa MS, responsável pela lavagem dos veículos terrestres

Esta solução se mostrou inviável devido aos seguintes fatos:

O contrato atual mantido com a Prime não possui saldo contratual para abrigar os serviços de MAC, pois foi estimado de forma subavaliada pelo NUTRAN/SELOG, inclusive o GEPOM/DREX/SR/PF/SE teve que se retirar do contrato e efetuar outra contratação para os serviços de manutenção preventiva e corretiva das embarcações, vide Processos 08520.003200/2023-51 e 08520.001985/2023-28.

Em relação à utilização do contrato de lavagem de veículos firmado com a empresa MS, este não incluiria as outras atividades inerentes ao Marinheiro Auxiliar de Convés (lubrificação, pequenos consertos, inspeções, auxílios diversos), mas tão somente a lavagem das embarcações.

Segunda solução - Contratação de serviços de MAC por meio de adesão a Atas de Registro de Preços válidas e autorizativas à adesão

Esta solução se mostrou inviável uma vez que não foi encontrada nenhuma Ata para esse tipo de serviço que abranja o Estado de Sergipe.

Terceira solução - Contratação de serviços de MAC por meio de Pessoa Jurídica sem dedicação exclusiva de mão de obra

Esta solução se mostrou inviável uma vez que o Marinheiro Auxiliar de Convés contratado terá que se familiarizar com as especificações das três embarcações que compõem a flotilha do GEPOM/DREX/SR/PF/SE, que não são da mesma marca, para executar com um bom desempenho as tarefas de manutenção, além de manter confidencialidade das informações obtidas durante os serviços, exigindo-se, pois, dedicação exclusiva.

Quarta solução - Contratação de serviços de MAC por meio de Pessoa Jurídica ou Física com dedicação exclusiva de mão de obra no regime de 20 horas semanais

Esta é a solução que atenderia aos critérios técnicos, econômicos e de eficiência, de forma simultânea, pois a carga horária de 20h semanais é suficiente para a realização dos trabalhos de Marinheiro Auxiliar de Convés nas três embarcações que compõem a flotilha do GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

A princípio, a licitação que se pretende realizar dar-se-á na modalidade de Dispensa de Licitação, onde haverá um único grupo e item: 1 - serviços de Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC, conforme quadro a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	------------	-----	----------------	-------------

			MEDIDA			
1	Serviços continuados de marinharia e serviços gerais de convés (Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC) 20h semanais	3964	Mês	12	R\$ 4.902,18	R\$ 58.826,12

A título de exemplo, os seguintes Núcleos de Polícia Marítima da Polícia Federal contrataram empresas para prestação de serviço de Moço de Convés pelos seguintes preços com a carga horária de 44h semanais:

Unidade	Valor do Posto de 01 Moço de Convés/mensal 44h semanais - R\$
NEPOM/SR/PF/BA Processo SEI 08255.007031/2023-14	10.492,86
NEPOM/SR/PF/RJ 08255.007488/2021-01	8.596,00
NEPOM/PF/FIG/PR Pregão Eletrônico 08/2020	7.802,14

6. Descrição da solução como um todo

Contratação direta de Pessoa Jurídica ou Física para prestação de serviços de Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC para as embarcações pertencentes à flotilha do Grupo Especial de Polícia Marítima da Superintendência de Polícia Federal em Sergipe (GEPOM/DREX/SR/PF/SE), com dedicação exclusiva de mão de obra, sem fornecimento de material de limpeza, uniformes e ferramentas que serão disponibilizadas pelo próprio GEPOM/DREX/SR/PF/SE.

Os serviços a serem contratados são, essencialmente, os seguintes:

- lavagem, limpeza e lubrificação das embarcações e respectivas carretas rodoviárias e de encalhe, observando-se os seguintes procedimentos:

Fibra de Vidro: Lavagem com água doce e detergente recomendado, com posterior polimento com pasta de polir também recomendada pelo fabricante;

Flutuadores: Lavagem com água doce, remoção de machas com produto adequado, aplicação de produto específico e indicado para conservação da cor e aumento da vida útil dos mesmos;

Compartimentos Internos e Externos: Lavagem com água doce de todos os compartimentos internos e externos das embarcações, utilizando produtos indicados para o ambiente marinho, de forma a possibilitar um significativo aumento da vida útil das embarcações, com diminuição de incidência de ferrugens ou agentes abrasivos que possam vir a danificar os equipamentos eletroeletrônicos de navegação instalados.

- funcionamento e adoçamento dos motores, geradores e sistema de ar condicionado;

- conferência do nível dos fluidos dos motores e gerador (lubrificação, arrefecimento);

- manobras de abastecimento de combustível (diesel e gasolina) e água doce;

- carregamento das baterias;
- manutenção dos cabos de atracação, correntes e âncoras;
- enchimento e fixação das defensas;
- aplicação de tintas, solventes, desengordurantes, desinfetantes, selantes, vernizes, silicone, graxas e massa de calafetação;
- aplicação de anticorrosivos para proteção dos metais contra a corrosão;
- conferência do funcionamento do sistema elétrico e das luzes de navegação;
- auxílio no carregamento, descarregamento e fixação de cargas transportadas para o interior/exterior das embarcações;
- fixação do bujão (dreno de água do porão);
- auxiliar eventualmente nas manobras de atracação, desatracação, reboque, retirada e colocação das embarcações na água;
- organização e controle das ferramentas e peças sobressalentes;
- inspeção do estado das embarcações antes de saírem e quando chegarem nas garagens;
- arrumação, organização e limpeza das garagens das embarcações;
- conferência da existência e estado de conservação dos equipamentos de salvatagem e sinalização;
- acompanhamento da execução dos serviços especializados prestados no âmbito do contrato de manutenção firmado com a empresa R. Náutica ou sua eventual sucessora;
- zelar pelos procedimentos de segurança;
- zelar pela redução da poluição, descarte reciclável do lixo e não contaminação ambiental;
- outros serviços relacionados à atividade de conservação e limpeza das embarcações.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO GEPOM/DREX/SR/PF/SE

O fardamento, instrumentos, equipamentos, ferramentas e materiais de limpeza, necessários à execução dos serviços de MAC serão de responsabilidade da Contratante.

Os materiais de limpeza utilizados serão compatíveis com os critérios de Sustentabilidade visando a redução de impacto ambiental, sendo de preferência biodegradáveis, bem como que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estima-se contratar o serviço de um (01) Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC no regime de 20 horas semanais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A princípio, a licitação que se pretende realizar dar-se-á na modalidade de Dispensa de Licitação, onde haverá um único grupo e item: 1 - serviços de Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC, conforme quadro a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	Serviços continuados de marinharia e serviços gerais de convés (Marinheiro Auxiliar de Convés - MAC), 20h semanais	3964	Mês	12	4.902,18	58.826,12

O valor unitário mensal do serviço foi obtido, conforme disciplinado na IN SEGES nº 05/2017 e 65/2021, utilizando-se a tabela salarial do Acordo Coletivo de Trabalho nº 2023/2025, registrado no MTE sob o nº MR050248/2023, com validade de 01/01/2024 a 01/01/2025, firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais no Estado de Sergipe e a empresa Wilson Sons Serviços Marítimos, cujo detalhamento consta na Planilha de Custos e Formação de Preços anexada ao Processo 08520.001504/2024-65.

Adicionalmente, o preço cotado foi comparado com os obtidos nas cotações de preço obtidas junto aos Sistemas Banco de Preços e Painel de Preços e demonstrou estar dentro dos parâmetros de mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O serviço possui caráter comum e de simples execução, sendo composto por apenas um item, desta forma, não há possibilidade de parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No âmbito da Superintendência de Polícia Federal em Sergipe não há contratações correlatas ou interdependentes, ou seja, contratações que guardam relação/afinidade com a natureza e o objeto da contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente demanda está alinhada ao Plano Estratégico da Polícia Federal 2024/2027, e o Plano Tático-Operacional Orientado a Resultado-Chave PTO-KR/DIREX/PF-2024/2025, Objetivo Estratégico 1 - Enfrentar a criminalidade com Eficiência; Obejtivo Tático Operacional 1.5.1 - Ampliar e qualificar o apoio operacional tático oferecido às unidades da PF; Iniciativa Tático Operacional vinculada: J - Elaborar plano de contratação de equipamentos e serviços específicos das unidades de apoio operacional.

A demanda já encontra-se devidamente inserida no Plano de Contratações Anuais - PCA/2024 da unidade (UG 200344), Id pca PNCP: 00394494000136-0-000009/2024, identificador do item no PCA: 200344-9/2024 Auxiliar de Convés.

A contratação está em alinhamento com o PCA da unidade, com o objetivo institucional de realizar o policiamento marítimo e o emprego de bens e recursos materiais está alinhado à política de aparelhamento e modernização da Polícia Federal.

Declaramos que foi observado o princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho em atendimento ao disposto no Art. 40, V, "a", da Lei nº 14.133/2021.

12. Resultados Pretendidos

A presente contratação tem por objetivo prover a manutenção primária, limpeza e conservação, bem como a operacionalidade das embarcações do GEPOM/DREX/SR/PF/SE possibilitando seu pleno funcionamento, visando o cumprimento das atribuições constitucionais da Polícia Federal, nos termos do Artigo 144 da CRFB/88, e a preservação do patrimônio público e de bens judiciais autorizados ao uso pela Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

Após a contratação será necessário a designação dos fiscais do contrato via Portaria, bem como que sejam orientados na atividade de fiscalização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Serão inseridas como obrigações do contratado as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade:

Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água;
- d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas atividades de limpeza, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, o contratado deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo parcialmente transcrito:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Utilizar os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- e) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – MPOG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

O planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas.

Os benefícios pretendidos são adequados e os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade.

Os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Assim, declaramos a viabilidade da contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE FERNANDES BRITTO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/11/2024 às 16:03:47.